

Mercado de Trabalho

conjuntura e análise

ANO 23 | ABRIL 2017

62

MINISTÉRIO DO
TRABALHO



Governo Federal
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Ministro Dyogo Henrique de Oliveira

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional, Substituto
Carlos Roberto Paiva da Silva

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**
Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**
Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais
de Inovação e Infraestrutura**
João Alberto De Negri

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais**
Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação
Regina Alvarez

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>
URL: <http://www.ipea.gov.br>

Mercado de Trabalho: conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável
Carlos Henrique Leite Corseuil

Membros
André Gambier Campos
Katcha Poloponsky
Lauro Ramos
Sandro Pereira Silva
Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Apoio
Leandro Pereira da Rocha
Luciana Moura Martins Costa
Nadine Melloni Neumann
Melissa de Azevedo Xavier da Silva

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2017

Mercado de trabalho : conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. – v.1, n.0, (mar.1996)- .- Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 1996-

Irregular (de 1996-2008); Trimestral (de 2009-2012); Semestral (a partir de 2013).

Título da capa: Boletim Mercado de Trabalho (BMT)
ISSN 1676-0883

1. Mercado de Trabalho. 2. Estatísticas do Trabalho. 3. Brasil. 4. Periódicos.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Brasil. Ministério do Trabalho.

CDD 331.1205

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

OS CATADORES NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIOECONÔMICAS DOS COLETORES DE MATERIAL RECICLÁVEL, CLASSIFICADORES DE RESÍDUOS E VARREDORES A PARTIR DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010

Ricardo de Sampaio Dagnino¹
Igor Cavallini Johansen²

1 INTRODUÇÃO

Este texto visa atualizar as informações sobre a população de catadores no Brasil, recentemente publicadas em Dagnino e Johansen (2016), com base no Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste trabalho, embora a escolha dos indicadores e o método de cálculo de cada um deles tenham se mostrado satisfatórios, a análise foi prejudicada devido a um erro de codificação nos microdados da amostra, que causou uma subestimação do volume de catadores.

Utilizando os microdados da amostra do Censo de 2010 do IBGE foram identificados 171.553 catadores. Todos eles estavam classificados na ocupação de código 9612 (Classificadores de resíduos). Assim, nenhum foi categorizado nas demais ocupações relativas a esse trabalho, como “Coletores de lixo e material reciclável” (9611) e “Varredores e afins” (9613). O fato é que não constam na base de dados os códigos de ocupação 9611 e 9613. Os trabalhadores nessas ocupações foram codificados como 9610, o que não existe nas classificações utilizadas pelo IBGE.

Uma hipótese é que esse erro de codificação tenha ocorrido provavelmente no momento de leitura do arquivo TXT contendo os registros do Censo, durante a etapa de exportação para formatos compatíveis com os pacotes estatísticos SAS e SPSS. A identificação do equívoco foi possível graças ao auxílio do pesquisador Sandro Pereira Silva, do Ipea, em decorrência de sua publicação recente sobre o tema (Silva, 2017). Refazendo a

1. Geógrafo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em geografia e doutor em demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisador de pós-doutorado na Unicamp e bolsista no projeto Observatório das Migrações em São Paulo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

2. Sociólogo e mestre em demografia pela Unicamp. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Demografia da mesma instituição. Bolsista no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

análise, dessa vez com a base de dados do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) da Universidade de São Paulo (USP, 2016), foram encontrados 398.348 trabalhadores nos três códigos (9611, 9612 e 9613), um volume mais próximo dos 387.910 identificados pelo Ipea (Silva, Goes e Alvarez, 2013). Nossos resultados apresentaram volume maior pelo fato de esses autores terem retirado da análise os trabalhadores ocupados como “Varredores e afins” (9613). Do nosso ponto de vista, a autodeclaração das ocupações (e mesmo a declaração por terceiros, tendo em vista que muitas vezes não é o próprio trabalhador que responde ao recenseador) está sujeita a falhas e imprecisões inerentes ao método do levantamento. Por esse motivo, neste trabalho são incorporadas na categoria “Catadores” as três ocupações (9611, 9612 e 9613).

Este trabalho oferece continuidade a uma agenda de pesquisa acadêmica iniciada há mais de uma década, com a proposta de utilizar dados do IBGE em paralelo a outras fontes para o diagnóstico do volume, da situação e do perfil dos catadores de materiais recicláveis, bem como da coleta seletiva de resíduos sólidos no Brasil (Dagnino, 2004; Dagnino e Verdum, 2006; Dagnino e Dagnino, 2010). Essa iniciativa também se soma à de outros autores que se propõem ao estudo dos catadores de materiais recicláveis no Brasil (MNCR, 2009; Cherfem, 2015), e especialmente dialoga com outras investigações que se utilizam de dados do IBGE para caracterizar a população de catadores (Crivellari, Dias e Pena, 2008 *apud* Dias, 2009; Santos, 2013; Silva, Goes e Alvarez, 2013).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

No Censo de 2010, o IBGE utilizou a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD), que se baseia na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho (MT) (Brasil, 2010) e é chamada de CBO Domiciliar. Nessa classificação constam os seguintes títulos e códigos de ocupação relativos aos catadores: subgrupo principal “96 – Coletores de lixo e outras ocupações elementares”, que contém o subgrupo “961 – Coletores de lixo”, e, dentro deste, os grupos “9611 – Coletores de lixo e material reciclável”, “9612 – Classificadores de resíduos” e “9613 – Varredores e afins”.

Sendo assim, visando realizar um diagnóstico das características da população de catadores no Brasil de acordo com o Censo Demográfico de 2010, utilizaram-se as definições e as classificações de ocupação do IBGE. Foi selecionado um conjunto de indicadores demográficos e socioeconômicos para permitir uma compreensão de diferentes aspectos da vida dos catadores e a comparação com a totalidade dos trabalhadores brasileiros, denominados aqui população ocupada (PO) total. Os indicadores baseiam-se no arranjo e no cálculo a partir de variáveis como um recurso metodológico para retratar a realidade de forma simplificada, porém objetiva e padronizada, traduzindo as dimensões de interesse definidas a partir de escolhas teóricas (Jannuzzi, 2001; 2012). Tratam-se de medidas-síntese utilizadas com frequência em diversos trabalhos (Ripsa, 2008, p. 13), o que permite fácil comparação.

Os indicadores foram calculados a partir da base de dados do CEM (USP, 2016), elaborada com fundamento na versão de 2016 dos microdados da amostra do Censo de 2010 do IBGE.

Ao utilizar os dados do Censo Demográfico do IBGE, é importante ter algumas questões em mente: *i*) a população é recenseada em seu local de residência habitual, o domicílio (IBGE, 2011, p. 4); desta forma, o Censo não inclui a população em situação de rua; *ii*) as informações sobre ocupação e trabalho são derivadas dos microdados da amostra (que contêm as informações sobre um grupo relativamente pequeno de pessoas que respondeu ao questionário) – essa amostra é, por meio de procedimentos estatísticos, expandida para poder representar as informações da totalidade da população; portanto, os resultados podem estar sujeitos a subestimações ou superestimações, causando pequenas distorções na análise dos dados; e *iii*) a classificação das ocupações é realizada a partir do “trabalho principal”, sendo autodeclarada pelo entrevistado e definida pelo recenseador com base em uma série de conceitos do IBGE.

Em relação aos catadores, sabe-se que muitos realizam a coleta, a classificação e a comercialização de materiais de forma ocasional e esporádica, ou como um complemento à renda mensal advinda de outra ocupação, sem que a coleta constitua-se em uma forma de trabalho principal. Sendo assim, muitos trabalhadores que realizam a coleta de materiais recicláveis podem não ter sido classificados desta forma pelo IBGE por sua atividade não se enquadrar na definição de trabalho principal.

3 RESULTADOS

Os resultados apontam que existiam no Brasil, em 2010, 398.348 pessoas ocupadas como “Coletores de lixo” – código de subgrupo 961 da CBO Domiciliar do IBGE.³ Desse total, 226.795 eram “Coletores de lixo e material reciclável” (subgrupo 9611), 164.168 declararam-se “Classificadores de resíduos” (9612) e 7.385 eram “Varredores e afins” (9613).

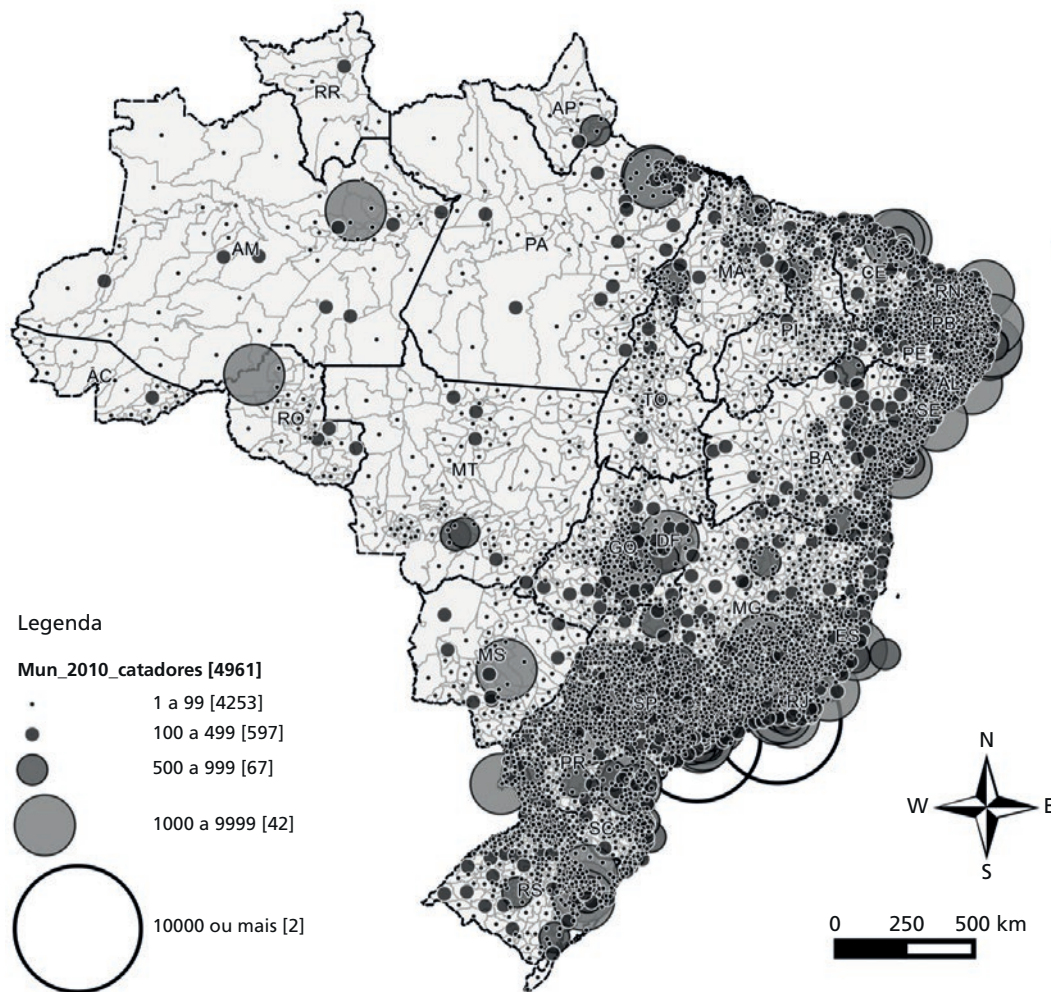
A distribuição espacial dos catadores (mapa 1) mostra que estes foram encontrados residindo em 4.961 municípios, ou seja, em 89% dos municípios brasileiros, embora os dados de mobilidade pendular, que serão mencionados mais adiante, permitam captar que existem catadores em mais municípios.

Em relação às Grandes Regiões do Brasil (tabela 1), o Sudeste concentra o maior número de catadores do país, representando cerca de 42% da força de trabalho nessa ocupação, seguido do Nordeste, com 30%. Em termos de catadores por cada 100 mil pessoas ocupadas, verifica-se que, no Brasil, havia 461 catadores para cada 100 mil ocupados, e no Nordeste esse volume é de 572, bem mais elevado do que nas demais regiões.

3. Santos (2013) utilizou uma versão anterior dos microdados da amostra do Censo de 2010 disponibilizada pelo IBGE em 2012 e encontrou 163.371 catadores no Brasil. Silva, Goes e Alvarez (2013, p. 42-43), também utilizando uma base de dados de 2012 do Censo de 2010, chegou a um número bem maior do que 387.910 catadores no Brasil. Crivellari, Dias e Pena (2008 *apud* Dias, 2009, p. 92) mencionam a existência de 229.568 catadores, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE do ano de 2006.

MAPA 1

Brasil: distribuição espacial e volume de catadores, segundo o município de residência (2010)



Fontes: Censo de 2010/IBGE e microdados da amostra CEM (USP, 2016).

Elaboração dos autores.

Obs.: Mapa cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

TABELA 1

Brasil: distribuição dos catadores no Brasil, segundo a Grande Região de residência (2010)

Brasil e Grandes Regiões	Total de catadores	Distribuição dos catadores (%)	PO total	Catadores para cada 100 mil ocupados
Norte	22.292	5,60	6.262.318	355,97
Nordeste	119.349	29,96	20.854.301	572,30
Sudeste	166.161	41,71	38.111.800	435,98
Sul	60.241	15,12	14.249.772	422,75
Centro-Oeste	30.305	7,61	6.875.625	440,76
Brasil	398.348	100,00	86.353.816	461,30

Fontes: Censo de 2010/IBGE e microdados da amostra CEM (USP, 2016).

Elaboração dos autores.

Sobre a concentração mais elevada de catadores nas regiões Sudeste e Nordeste, em que foram encontrados os maiores volumes populacionais de catadores, estes podem ser os locais nos quais se torna mais urgente pensar em políticas públicas para atender essa população no sentido de garantir e avançar em sua qualidade de vida e condições de trabalho. Entretanto, nas regiões em que se encontram poucos catadores, faz-se necessário pensar em políticas de incentivo para formação de cooperativas e capacitação para pessoas que queiram ingressar nesse nicho do mercado de trabalho.

A tabela 2 apresenta a síntese dos resultados obtidos neste trabalho a partir do cálculo dos indicadores demográficos e socioeconômicos, tomando por base os microdados da amostra do Censo Demográfico de 2010 e comparando a população de catadores com a PO total no Brasil.

No que diz respeito aos indicadores demográficos, verifica-se a idade média de 39 anos para os catadores e 37 para a PO. A idade mediana, por sua vez, é de 39 e 35 anos, respectivamente. De forma complementar, o percentual de idosos (pessoas com 60 anos ou mais de idade) é mais elevado entre os catadores (8%) do que na PO total (6%). Verifica-se, deste modo, uma estrutura etária mais envelhecida para os catadores, se comparados à PO total. Essa constatação fica ainda mais evidente ao se observar o gráfico 1, que apresenta a distribuição por sexo e grupos de idade da população de catadores e da PO total.

TABELA 2

Brasil: síntese dos indicadores demográficos e socioeconômicos calculados – catadores e PO total (2010)¹

Tipo	Nome	Característica	Catadores	PO total
Demográfico	Distribuição por grupos etários (estrutura etária)	Idade média (anos)	39,39	37,05
		Idade mediana (anos)	39	35
		Idosos (%)	7,63	6,14
	Razão de sexo ²		219,63	136,39
	Distribuição por cor/raça (%)	Branca	32,72	50,00
		Preta/parda	66,14	48,52
		Demais	1,14	1,48
	Local de trabalho (%)	No próprio domicílio	20,05	23,41
		Nesse município, mas não no próprio domicílio	73,92	64,71
		Em outro município	6,03	11,88
Socioeconômico	Taxa de analfabetismo (%)		20,34	6,06
	Grau de informalidade ³		50,62	44,42
	Chefes de domicílio (%)		53,66	44,50
	Tinha rendimento de aposentadoria ou pensão (%)		5,48	6,94
	Renda (R\$)		561,93	1.271,88

Fontes: Censo de 2010/IBGE e microdados da amostra CEM (USP, 2016).
Elaboração dos autores.

Notas: ¹ O cálculo dos indicadores pressupõe como PO aqueles indivíduos de 10 anos ou mais de idade que desempenhavam atividade remunerada durante a data de referência de aplicação do Censo de 2010.

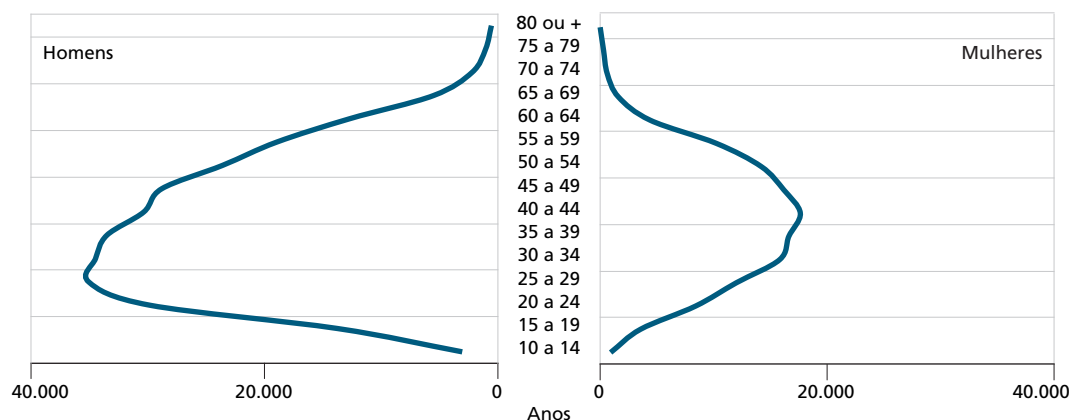
² Razão de sexo = volume de homens / volume de mulheres * 100.

³ No indicador "grau de informalidade", trabalhadores informais são os empregados sem carteira, trabalhadores por conta própria e não remunerados, enquanto os trabalhadores formais são os protegidos – com carteira de trabalho assinada, funcionários públicos e empregadores. Não foram considerados no cálculo desse indicador os militares, que seriam considerados formais, e os não remunerados, que seriam informais.

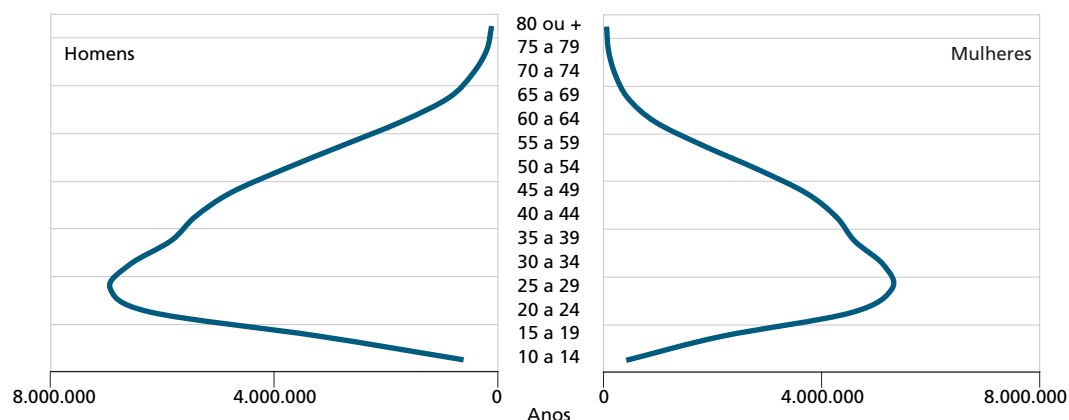
GRÁFICO 1

Brasil: distribuição etária da população de catadores e da PO total, por grupos quinquenais de idade e sexo (2010)

1A – Catadores (N = 398.348)



1B – PO total (N = 86.353.814)



Fontes: Censo de 2010/IBGE e microdados da amostra CEM (USP, 2016).
Elaboração dos autores.

Se nas duas pirâmides o número de homens é maior que o de mulheres, essa relação é ainda mais forte entre os catadores. Tal relação é chamada de razão de sexo (RS) – em que o valor 100 indica uma distribuição equânime dos sexos: acima de 100 tem-se o predomínio de homens e, abaixo, de mulheres – e mostra que nos catadores e na PO predominam os homens (RS = 219,63 e 136,39, respectivamente), mas no primeiro grupo os homens possuem um peso bem mais elevado.

Ainda na tabela 2, o indicador de cor ou raça assinala que 66,1% dos catadores autodeclararam-se pretos e pardos (sendo que 14,6% dos catadores são pretos e 51,5% pardos), seguidos dos brancos (32,7%) e dos demais grupos (0,3% indígena e 0,8% amarela). Essa distribuição contrasta com a da PO no Brasil, que é majoritariamente composta por brancos (50,0%), seguidos por pretos e pardos (48,5%, sendo 8,2% pretos e 40,4% pardos) e pelos demais (1,1% amarela e 0,3% indígena).

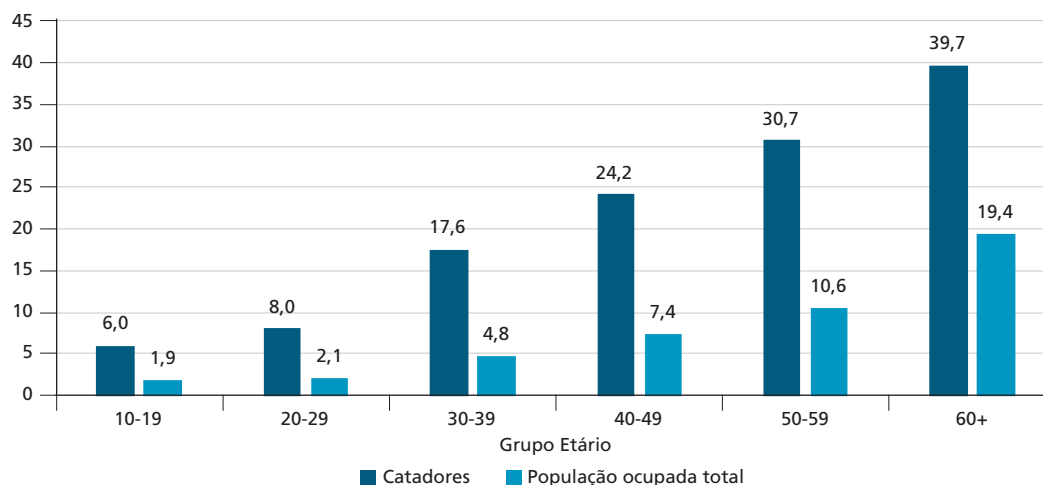
Com relação ao local de trabalho, 20% dos catadores trabalham no próprio domicílio, 74% trabalham apenas no município de residência, mas não no próprio domicílio, e 6% em outro município, o que é denominado mobilidade pendular para o trabalho.

Já entre a PO total, tem-se que 23% trabalham no próprio domicílio, cerca de 65% trabalham apenas no município de residência e por volta de 12% deslocam-se para trabalhar em outro município. Observa-se, assim, que, em termos percentuais, catadores e PO total não diferem substantivamente em termos de trabalho no próprio domicílio. Já entre os que trabalham no próprio município em que moram, mas não no próprio domicílio, ganham destaque os catadores, com mais de 9 pontos percentuais (p.p.) à frente da PO total. Fica ainda evidente que os catadores realizam menos mobilidade pendular para trabalho que a PO total. Passa-se, então, aos indicadores socioeconômicos. A taxa de analfabetismo dos catadores e da PO total possuem níveis diferenciados – a dos catadores é de 20%, muito mais elevada que a da PO total (6%). Ao desagregar a taxa de analfabetismo em cada grupo etário (gráfico 2), pode-se perceber que tanto os catadores quanto a PO total experimentam um padrão de analfabetismo semelhante: a taxa é mais elevada à medida que a idade da população aumenta. As maiores diferenças entre o analfabetismo dos catadores e da PO total são encontradas nos grupos etários de 20 a 29 anos e de 30 a 39 anos; nesses grupos, o analfabetismo dos catadores é cerca de quatro vezes mais elevado que o da PO total.

GRÁFICO 2

Brasil: taxa de analfabetismo da PO total e dos catadores, por grupos etários decenais (2010)

(Em %)



Fontes: Censo de 2010/IBGE e microdados da amostra CEM (USP, 2016).
Elaboração dos autores.

No que tange ao grau de informalidade, verifica-se que ela é maior entre os catadores, alcançando 51% daquela população, enquanto na PO total são 44%. Do total de 398.347 catadores, 213.765 são pessoas responsáveis pelos seus domicílios (54% do total de catadores) e chefiam domicílios nos quais residem 745.639 pessoas.

Em relação ao recebimento de rendimento de aposentadoria ou pensão de instituto de Previdência oficial (federal, estadual ou municipal), os dados mostram que, do total de 398.348 catadores, apenas 13.858 responderam positivamente, totalizando 5%, enquanto na PO total esse percentual foi de 7%.

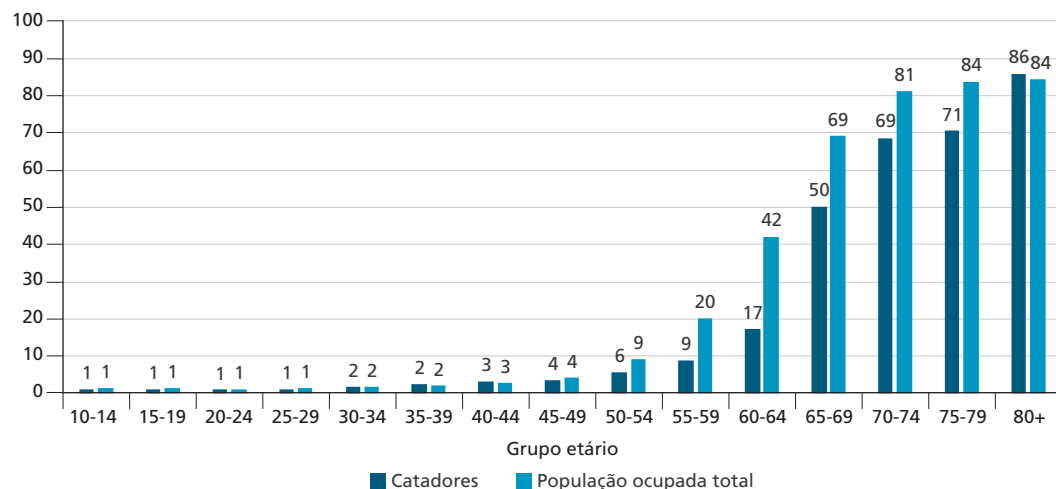
Ao desagregar a cobertura previdenciária e de pensões segundo o grupo etário (gráfico 3), percebe-se que a prevalência desse rendimento é maior nas idades mais elevadas e em praticamente todos os grupos etários. Além disso, fica evidente que o percentual da PO total com aposentadoria ou pensão supera a população de catadores.

Em relação aos proventos auferidos do trabalho, o rendimento mensal no trabalho principal levantado pelo Censo corresponde à renda monetária, em dinheiro ou benefícios (IBGE, 2011, p. 10), e não inclui as transações que não são monetizadas como resultantes de trocas de mercadorias. Os dados do Censo de 2010 mostram que, entre os catadores, a renda média foi de R\$ 561,93, substancialmente inferior aos R\$ 1.271,88 da PO total e pouco acima do salário mínimo vigente no momento do Censo de 2010, que era de R\$ 510,00.

GRÁFICO 3

Brasil: catadores e PO total em cada grupo quinquenal de idade que detinha rendimento de aposentadoria ou pensão (2010)

(Em %)



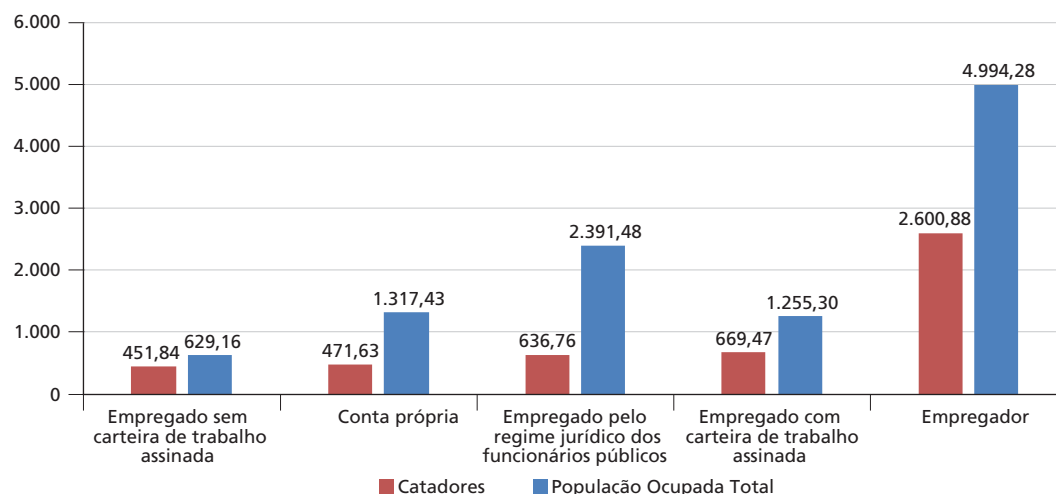
Fontes: Censo de 2010/IBGE e microdados da amostra CEM (USP, 2016).
Elaboração dos autores.

O gráfico 4 apresenta o rendimento desagregado segundo a posição na ocupação e a categoria de emprego no trabalho principal. O rendimento dos catadores é inferior ao rendimento da PO total em todas as posições no trabalho principal. A diferença é maior entre os empregados pelo regime dos funcionários públicos, categoria em que o rendimento da PO total é cerca de quatro vezes maior que o dos catadores. Entre os trabalhadores por conta própria, o rendimento da PO total é cerca de três vezes maior. A diferença é menos expressiva na posição de “empregado sem carteira de trabalho assinada” (PO total supera em 1,4 vez). Nas demais posições (empregado com carteira de trabalho assinada e empregador) o rendimento médio da PO total é cerca de duas vezes maior que o dos catadores.

GRÁFICO 4

Brasil: média do rendimento no trabalho principal de catadores e PO total, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal (2010)

(Em R\$)



Fontes: Censo de 2010/IBGE e microdados da amostra CEM (USP, 2016).
Elaboração dos autores.

Vale observar a questão da informalidade em um nível maior de detalhes. Essa problemática sempre esteve presente nos estudos sobre os catadores. O trabalho de Bortoli (2009, p. 106) defende que o reconhecimento da profissão de catador, com a inclusão desta na CBO, não implicou mudança nas condições de vida e trabalho dos catadores, os quais atuam frequentemente sem vínculo empregatício e sem seus direitos trabalhistas assegurados.

Em relação a isso, este trabalho evidencia que, em 2010, o grau de informalidade era de 44% na PO total e superior entre os catadores (51%). A tabela 3 apresenta essas informações de forma mais aprofundada.

TABELA 3

Brasil: número absoluto e percentual de catadores e da PO total, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego principal (2010)

Nível de proteção	Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Número absoluto		Cada posição e categoria (%)	
		Catadores	PO total	Catadores	PO total
Formais	Empregado – carteira assinada	155.092	39.107.318	39,36	48,33
	Empregado – funcionário público	38.190	4.162.015	9,69	5,14
	Empregador	1.319	1.703.130	0,33	2,10
Informais	Empregado – sem carteira assinada	91.436	17.418.110	23,20	21,53
	Conta-própria	108.033	18.529.003	27,41	22,90
Total		394.070	80.919.576	100,00	100,00

Fontes: Censo de 2010/IBGE e microdados da amostra CEM (USP, 2016).

Elaboração dos autores.

Obs.: Foram retirados da tabela e do cálculo do grau de informalidade os trabalhadores na posição “não remunerados” (que existiam nos dados dos catadores e da PO total) e aqueles cuja posição era “militar do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros”, que só constavam para a PO total.

A análise de cada componente do grau de informalidade permite evidenciar que isto se deve principalmente por diferenças em relação aos trabalhadores conta-própria (27% dos catadores estavam nessa posição, superando os 23% da PO total) e os empregados com carteira assinada (39% dos catadores, em relação aos 48% da PO total). Os trabalhadores empregados sem carteira assinada têm pouco efeito sobre essa diferença, à medida que o percentual é semelhante: aproximadamente 23% dos catadores e 22% da PO total. Chama a atenção ainda a diferença entre os catadores e a PO total no que diz respeito aos funcionários públicos e aos empregadores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou apresentar alguns indicadores demográficos e socioeconômicos referentes à PO no trabalho de coleta de materiais recicláveis no Brasil. Assim, ainda que de forma bastante objetiva, apresentou-se um conjunto amplo de informações.

A visibilidade do volume de catadores no Brasil e de sua distribuição, que este estudo fornece, deve servir como impulso para discutir a importância desse exército de catadores como peça fundamental para a reciclagem, entendendo que, como aponta Leal *et al.* (2002), o grande motivador da indústria da reciclagem é a recuperação do valor de trabalho socialmente necessário embutido nos materiais, que só é possível e lucrativo para as empresas por meio da exploração e da apropriação do trabalho não pago aos catadores.

Diante da constatação do importante volume dessa população de trabalhadores distribuídos por todas as 27 Unidades da Federação (UFs) e da sua relevante função econômica, social e ambiental, não deixa de ser uma contradição o fato de que, ao mesmo tempo em que o termo “sustentabilidade” está na cabeça de todos, nos discursos e também na legislação, os profissionais que trabalham com a reciclagem no dia a dia continuam apresentando piores condições de vida se comparados à PO total, além do forte estigma social por estarem nesse setor de atividade.

No plano do que se almeja com a efetivação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), busca-se o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania para os trabalhadores que dele extraem seu sustento e sua renda. Assim, ao menos na legislação, os catadores assumem papel central enquanto prioridade das políticas públicas no setor de reciclagem. Agora é preciso garantir que, por meio do acompanhamento e da participação da sociedade civil, essa legislação seja de fato cumprida.

REFERÊNCIAS

- BORTOLI, M. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 105-114, jan./jun. 2009.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**: 2010. 3. ed. Brasília: MTE, 2010. v. 1.

CHERFEM, C. O. A coleta seletiva e as contradições para a inclusão de catadoras e catadores de materiais recicláveis: construção de indicadores sociais. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 59, p. 89-98, 2015.

DAGNINO, R. S. Um olhar geográfico sobre a questão dos materiais recicláveis em Porto Alegre: sistemas de fluxos e a (in)formalidade, da coleta à comercialização. 2004. Bacharelado (Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

DAGNINO, R. S.; DAGNINO, R. P. Políticas para inclusão social de catadores de materiais recicláveis. **Revista Pegada**, n. especial, p. 66-93, jul. 2010.

DAGNINO, R. S.; VERDUM, R. Dados sobre a coleta informal de materiais recicláveis em Porto Alegre/RS. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE QUALIDADE AMBIENTAL, 5., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Abes, 2006.

DAGNINO, R. S.; JOHANSEN, I. C. Características demográficas e socioeconômicas dos catadores de material reciclável no Brasil segundo o Censo Demográfico 2010. In: AMARO, A. B.; VERDUM, R. (Orgs.). **Política Nacional de Resíduos Sólidos e suas interfaces com o espaço geográfico**: entre conquistas e desafios. Porto Alegre: Editora Letras, 2016.

DIAS, S. **Trajetórias e memórias dos fóruns Lixo e Cidadania no Brasil**: experimentos singulares de justiça social e governança participativa. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**: resultados preliminares do universo – conceitos e definições – tabelas adicionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

JANNUZZI, P. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas: Alínea, 2001.

_____. **Indicadores, painéis de monitoramento e pesquisas de avaliação como instrumentos para aprimoramento de programas e projetos sociais**. Brasília: MDS, 2012.

LEAL, A. *et al.* A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 19, p. 177-190, 2002.

MNCR – MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 41, p. 21-24, 2009.

RIPSA – REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil**: conceitos e aplicações. 2. ed. Brasília: Opas, 2008.

SANTOS, I. Determinantes dos rendimentos de catadores de materiais recicláveis no Brasil: uma abordagem a partir dos microdados da amostra do Censo IBGE 2010. **Revista Pegada**, v. 14, n. 1, p. 298-329, jul. 2013.

SILVA, S. P. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil**: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2268).

SILVA, S. P.; GOES, F.; ALVAREZ, A. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Centro de Estudos da Metrópole. **Censo 2010**: bases de dados do projeto Censo. São Paulo: CEM/USP, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/3Kvyel>>.